

Programa Criança Feliz e a intersectorialidade

Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Promoção dos
Direitos da Criança e do Adolescente



Missão da SNPDCA/MJC

- Articulação com órgãos governamentais e não governamentais;
- Articulação da rede do SGD;
- Articulação e formação da rede de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos

Missão da SNPDCA/MJC

- Abordagem que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância:
 - Direito de Participação
 - Prevenção contra todas as formas de violência e atendimento às vítimas
 - Convivência familiar e comunitária (paternidade, relações parentais, educação não violenta)
 - Incentivo à cultura do brincar e do lazer como potencializadores do desenvolvimento
 - Articulação com políticas setoriais territoriais (saúde, educação e assistência)

Contribuições ao PCF

- Ações em andamento
 - Identificação de Situações de Violência intrafamiliar;
- Ações novas
 - Formação por meio da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Identificação de Situações de Violência

- Denúncias no Disque 100 (2015)
 - 45% meninas
 - 16% até 3 anos
 - Quase a metade violados dentro da própria casa
 - 45% suspeitos são do sexo feminino (40% das denúncias identificam a mãe como violadora)
 - 15% entre 25 e 30 anos

Identificação de Situações de Violência

- Denúncias no Disque 100 (2015)
 - 45% meninas
 - 16% até 3 anos
 - Quase a metade violados dentro da própria casa
 - 45% suspeitos são do sexo feminino (40% das denúncias identificam a mãe como violadora)
 - 15% entre 25 e 30 anos
- Denúncias contra PI: 73 mil denúncias em 2015
 - 40% de negligência, relacionada aos cuidados básicos com a saúde, alimentação e higiene;
 - 20 mil denúncias de violência psicológica
 - 18 mil referentes à violência física.

Parâmetros de Atendimento

- Orientar agentes públicos responsáveis pelo atendimento sobre as condutas adequadas para proteção DCA
- Documento intersetorial para uma ação integrada das políticas setoriais:
 - Educação
 - Saúde
 - Assistência social
 - Segurança pública
 - Direitos humanos
 - Sistema de justiça

Parâmetros de Atendimento

- Respeito às competências específicas dos profissionais no âmbito do SGD
 - Agentes de proteção quando estão atendendo uma criança ou adolescente vítima de violência.
- Preservação dos direitos da vítima
- Evitar a repetição desnecessária da violência sofrida e a revitimização

Formação e capacitação

- Criação de portal de formação EAD
- Parceria com a UnB
- Início no segundo semestre 2017, com 8 mil vagas
- Cursos voltados para profissionais da rede do SGD, acessíveis aos visitantes
- Temas em elaboração:
 - Educação não violenta
 - Primeira Infância
 - Parâmetros de Atendimento em Situações de Violência
 - Igualdade de Gênero e Empoderamento de Meninas

Obrigada!

Heloiza Egas

heloiza.egas@sdh.gov.br

